

Países ricos devem prosperar sem crescer, diz britânico



Guilherme Serodio
Do Rio

É preciso mudar o paradigma do desenvolvimento e aprender a prosperar sem crescer. Essas são as ideias do matemático e filósofo Tim Jackson. Para ele, é necessário levar em conta os limites do planeta. Professor de sustentabilidade da Universidade de Surrey, Reino Unido, Jackson está na linha de frente das propostas que visam alternativas ao PIB para medir o desenvolvimento de uma sociedade.

Valor: *Quais as expectativas para a Rio+20?*

Tim Jackson: Minha esperança e expectativa para a conferência é que se reconheça que desde a conferência de 1992 não houve tanto progresso quanto deveria em desenvolvimento sustentável. Uma das razões para isso é o sistema econômico que temos. E espero que o foco na economia verde na Rio+20 leve a algumas mudanças positivas no sistema econômico.

Valor: *Que tipo de mudanças?*

Jackson: A economia verde deve reconhecer algumas coisas. Uma é que ainda há desigualdades entre os países ricos e pobres. Com isso, não é possível pensar simplesmente em crescimento econômico indefinidamente. Em algum ponto há limites ecológicos e parecemos já estar bem perto deles. A economia verde deve integrar essa ideia de limites na forma como organizamos a economia. É preciso pensar sobre ar limpo, acesso a recursos naturais, na qualidade de vida dos pobres e no sistema econômico que ainda conduz um crescimento insustentável, principalmente nas economias ricas.

Valor: *Ao falar em cortar o consumo, o sr. fala nos países ricos?*

Jackson: Sim. Para mim, a responsabilidade é dos países ricos. Economia verde não é dizer para os países pobres que não há mais espaço para o desenvolvimento. Mas dizer aos países ricos que eles precisam de um novo modelo econômico porque em termos ecológicos e sociais não podemos deixar que continuem enriquecendo sem se importar com o que acontece ao planeta e aos mais pobres.

Valor: *O que são padrões sustentáveis de consumo?*

Jackson: A ideia é nos concentrarmos no que importa para as pessoas para ter qualidade de vida. Então é preciso discutir o que é qualidade de vida, que, claro, consiste em habitação, alimentação e outras coisas básicas. Mas vai além disso, é também sobre questões sociais e psicológicas.

Quando falamos sobre a direção que o consumo sustentável deve tomar, falamos na mudança da ênfase em coisas materiais para a ênfase nos serviços que realmente importam para nós, como educação, assistência social e lazer. A ideia é construir a economia em torno desses serviços, não sobre bens materiais. Não é dizer que devemos estabelecer padrões de consumo ou ter mais regulação, é sobre investir no tipo de economia que oferece serviços e melhora a qualidade de vida das pessoas dentro dos limites da ecologia. Precisamos integrar esses limites dentro da atividade econômica. Em alguma hora isso vai significar um aumento nos preços dos recursos. Ou seja, o uso do mecanismo do preço para incorporar os danos causados ao planeta nos preços que as pessoas pagam pelos bens. Mas a ideia não é focar na estratégia punitiva, mas construir comunidades com mais oportunidades para educa-

ção, acesso a recreação e lazer.

Valor: *E a classe média nos países em desenvolvimento? Estamos começando a consumir mais.*

Jackson: Há uma armadilha aí. Minha mensagem não é direcionada às classes médias no Brasil ou na Índia. Não é meu papel falar sobre isso. Meu papel como cidadão responsável de um país rico é dizer que as nações ricas precisam mudar o sistema. O debate que os países em desenvolvimento como Brasil, Índia e China têm que promover internamente é se essa busca por consumo material é sustentável para eles. Isso vai elevar a qualidade de vida dos pobres? Será viável no longo prazo, quando houver restrições ambientais?

Valor: *Como prosperar sem crescer?*

Jackson: Existe uma diferença entre crescimento econômico e prosperidade. Existe uma diferença entre ter bens materiais e bem estar. Há várias respostas a essa questão, a primeira é filosófica, questionar o que é qualidade de vida. É sobre as necessidades básicas? Sobre minha habilidade de sentir bem em minha comunidade? Claro, mas também sobre ter segurança no futuro. O que a crise financeira fez foi vender uma falsa sensação de segurança, a esperança que ter mais bens faria nossa vida melhor. Agora sabemos que não é verdade. Então temos que criar essa sensação de esperança de outra forma. Mas além disso precisamos ter um senso de segurança financeira. A grande questão que fica é como as economias podem funcionar sem o paradigma do crescimento do consumo. A verdade é que ainda não sabemos. Há cerca de 100 anos as séries econômicas se baseiam na ideia que estabilidade depende do aumento do crescimento. Agora é urgente desenvolver séries em que seja possível pensar em estabilidade

econômica e financeira sem depender de crescimento.

Valor: *E o que podemos medir ao invés do PIB?*

Jackson: Todo tipo de coisa. Alguns dizem que devemos medir a felicidade das pessoas ou a situação da saúde e educação. São aspectos importantes, mas ainda acredito que o PIB é algo importante, porque calcula o que produzimos e o que gastamos na economia. Mas o PIB não é apenas uma medida de progresso. Sabemos que quando o PIB cai coisas ruins acontecem, mas também sabemos que quando sobe coisas ruins também acontecem. Sabemos que eu um sistema onde a estabilidade depende do crescimento do PIB também se cria uma dinâmica negativa, a dinâmica da crise financeira. Então também devemos medir a qualidade das nossas vidas no sentido de progresso social, educacional e político. E há medidas sobre todas essas possibilidades. Mas não devemos descartar o PIB.

Valor: *O Brasil começará a medir o PIB Verde, mas pelo consumo de água, não pelo saneamento básico, em que não temos bons números. Um índice como esse pode ser usado como propaganda pelos governos?*

Jackson: Claro que pode. A criação do PIB foi um consenso. O que foi desenvolvido para fazer comparações internacionais precisa passar por esse mesmo processo de negociação, a definição do que é significativo para medir um PIB Verde ou outro índice de renda sustentável. O Butão conseguiu muita publicidade sobre o PIB [Felicidade Interna Bruta]. Mas criou uma ideia excitante que questiona o conceito convencional de desenvolvimento e o significado de prosperidade. E mostra não apenas aspectos materiais, mas sociais. Um pequeno país com uma grande ideia que convenceu até as Nações Unidas a pensar diferente.

LUCIANA WHITAKER/VALOR



Jackson, da Universidade de Surrey: "Países ricos não podem continuar enriquecendo sem se importar com o que acontece ao planeta e aos mais pobres"

De Boer quer órgão que possa punir Para empresários, economia verde não pode diminuir o consumo

Paola de Moura
Do Rio

Políticos e negociadores indo em direções contrárias, cientistas que não são ouvidos e falta de cumprimento de acordos internacionais. Esse é o cenário traçado por Yvo de Boer, ex-secretário da Conferência para o Clima das Nações Unidas.

Ao participar do seminário Rio Clima, promovido pela Firjan, no Rio, Boer lembrou de três acordos assinados desde a Rio92 que acabaram ignorados (sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas) e propôs a criação de um órgão regulador internacional que trace metas, fiscalize e, se necessário puna quem não cumprir o acordado. "Nunca fui apoiado nessa proposta. Mas sem penalidades, não funciona", concluiu.

Do Rio

Maior evento do setor empresarial na programação da Rio+20, o Fórum de Sustentabilidade Corporativa dará voz ao empresariado durante a conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A mensagem é clara, na perspectiva do empresariado "a questão não é reduzir o consumo, mas transformar os modelos de produção e consumo", define o porta-voz da iniciativa, Tim Wall.

As adesões à iniciativa são significativas. Hoje, a abertura do evento terá a presença da presidente da Petrobras, Graça Foster. Até o dia 18, o evento reunirá mais de mil líderes empresariais no debate centrado em produção sustentável. Além da Petrobras, estarão presentes Eletrobras, Vale e Sinopec entre outras empresas.

Para os organizadores, a preocupação com o desenvolvimento sustentável é uma realidade. "Não ter preocupação com o desenvolvimento sustentável não é só ruim para a reputação, é ruim para os negócios", diz Wall. Nesse contexto, a transição para a economia verde é uma necessidade.

O compromisso do setor com economia verde será apresentado nos próximos quatro dias em casos de eficiência energética e manejo de recursos.

Mas a definição sobre como desenvolver negócios sustentáveis sem redução na produção não está fechada. "Deixar de consumir não é a solução", afirma Wall. "Temos que trabalhar a maneira como se produz e se consome", reafirma.

Seja qual for o caminho a ser traçado, dinheiro não parece ser o problema. Para os organizadores, com mais de US\$ 200 trilhões

em ativos financeiros no mundo, "não há falta de capital".

Para a transição para a economia verde os empresários demandam o envolvimento dos governos. "A empresa que usa práticas sustentáveis também corre o risco de perder competitividade", diz Yolanda Cerqueira Leite, secretária-executiva do Pacto Global, que coordena o fórum.

Dois sessões de debates serão destinadas à atuação dos governos na promoção da transição para a economia verde. Como representante do governo brasileiro estará o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Um dos objetivos é a elaboração de um documento final a ser enviado à reunião de chefes de Estado na Rio+20. "Vai ser um sumário do evento, com recomendações aos chefes de Estado", diz Yolanda. (GS)

Patrocínio de empresas não agrada à ONU

Francisco Góes, Vera Saavedra Durão e Guilherme Serodio
Do Rio

Os gastos a serem dispendidos pelo governo brasileiro na realização da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20, podem somar R\$ 575 milhões, conforme levantamento feito pelo Valor.

Desse total, R\$ 430 milhões são oriundos de um crédito especial no Orçamento da União aprovado pelo Congresso e os restantes R\$ 145 milhões vieram do caixa de empresas patrocinadoras, como Petrobras, Eletrobras e Vale.

Esse modelo de financiamento oficial tem gerado um certo desconforto da parte da ONU por envolver empresas, o que não é regra, mas exceção nesses eventos organizados pela instituição multilateral, em geral bancados totalmente pelos governos locais.

Alguns participantes da Rio+20 interpretam como decisão política a escolha de estatais e de empresas privadas com influência do governo, para ajudar a compor o orçamento da Rio+20. Entretanto, o Comitê Nacional de Organização (CNO) da conferência informou que foi feita "uma chamada pública" às empresas. As companhias interessadas se apresentaram.

A ideia de complementar recursos com patrocínio empresarial teve dois objetivos, segundo o CNO. O primeiro foi do complemento financeiro para realizar o evento e, o outro ponto, partiu de uma iniciativa do governo para comprometer as empresas com a proposta da conferência de mudar os padrões de produção e consumo com vistas a um desenvolvimento sustentável do país.

A conferência gasta principalmente com instalações, segurança, logística, hotéis e transporte, dentre outros itens. Do total do dinheiro oficial, pouco mais de R\$ 200 milhões destinam-se à segurança, a cargo do Ministério da Defesa, e o restante vai para o CNO. Até o momento, o CNO empenhou 93% dos recursos que lhe cabem, algo como R\$ 186 milhões.

A captação do lado das 13 patrocinadoras envolve contribui-

ções em dinheiro e, em alguns casos, em produtos e serviços. Só as quatro patrocinadoras principais — Petrobras, Eletrobras, Vale e Sebrae — colocaram cada uma expressivos R\$ 20 milhões no evento. Na categoria da parceria denominada Diamante, Banco do Brasil e Caixa desembolsaram R\$ 10 milhões, cada.

Uma fonte das Nações Unidas ouvida pelo Valor disse que a ONU, apesar de não ter gostado da iniciativa de pedir dinheiro às empresas privadas, tomou a decisão de aceitar o que o governo brasileiro estava fazendo.

Mas escolha da Vale, uma mineradora, no rol dos grandes patrocinadores, foi mal recebida por ambientalistas. Eles consideram que a participação de uma mineradora para patrocinar um evento sobre desenvolvimento sustentável foi "um tiro no pé".

No Riocentro, onde se realizam as negociações da Rio+20, a presença de marcas dos patrocinadores nos pavilhões por onde circulam diplomatas, representantes de organizações não-governamentais, cientistas, estudantes e empresários é muito discreta, quase subliminar.

Um exemplo, é o kit de sacolas plásticas feitas com o plástico verde da petroquímica Braskem, da Odebrecht, que será distribuído pelos 5.000 participantes da conferência. Dentro da sacola estão produtos de outros patrocinadores, como Natura e Vale.

Só na praça de alimentação, instalada em um dos pavilhões do Riocentro, os fornecedores expõem as suas marcas. Elas aparecem com mais destaque especialmente em eventos paralelos, como os realizados no Parque dos Atletas.

A Vale, procurada pelo Valor, informou que participa da Rio+20 com o objetivo de contribuir para que o evento tenha uma visibilidade para a sociedade como um todo. E destaca um exemplo da atuação no sentido de preservar o meio ambiente e a preservação da Floresta Nacional de Carajás. "Preservamos 97% dos 400 mil hectares e atuamos na mineração em apenas 3%."

A Rio+20 surgiu de uma iniciativa do ex-presidente Lula.

CNI teme protecionismo verde nos países ricos

Rodrigo Polito, Marcelo Mota e Juliana Ennes
Do Rio

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, defendeu ontem que o resultado da conferência Rio+20 não crie uma espécie de "protecionismo verde". Segundo ele, as discussões de sustentabilidade não podem resultar em barreiras comerciais entre os países.

"Os regulamentos e acordos internacionais não podem criar mecanismos de protecionismo verde, para não haver barreiras tarifárias ao comércio internacional", disse, durante o Encontro da Indústria para a Sustentabilidade, no Rio.

Presente ao evento, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, admitiu preocupação com o risco de criação de barreiras comerciais ambientais. Segundo o diplomata, há um sentimento amplamente disseminado, e não somente do Brasil, de que é preciso não criar condicionalidades nas negociações ambientais, nem empelinhos ou obstáculos.

Para o diretor de responsabilidade socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), André Luís Saraiva, porém, o governo deveria privilegiar o aspecto de sustentabilidade nos seus processos de compras. "O governo é o maior comprador e tem que dar o exemplo. Hoje ele compra pelo menor preço, e não pelo melhor preço."

Durante o evento, representantes da indústria cobraram das

agências oficiais mais agilidade. Em alguns casos, o aumento do custo provocado pela sustentabilidade não está na observância aos critérios em si, mas na demora para a liberação de licenças.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), José Fernando Coura, informou que as mineradoras relataram que os pedidos de autorização e lavras do setor estão paralisados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), à espera de aprovação, desde novembro do ano passado. Segundo ele, ao menos 4.000 alvarás aguardam liberação.

Queixa semelhante partiu do coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMA-SE), Marcelo Moraes. Segundo ele, o pagamento de Utilização do Bem Público (UBP) de projetos leiloados na década passada começaria a ser paga nesta sexta, dia 15, mas as licenças ambientais ainda não saíram. A data constava do cronograma inicial e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) analisa a prorrogação da cobrança.

Segundo Andrade, a CNI pretende enviar ao governo uma proposta para reduzir a carga tributária para empresas que adotem medidas de desenvolvimento sustentável.

No encontro, a CNI apresentou um documento listando as iniciativas de sustentabilidade adotadas por 16 setores industriais do país nos últimos 20 anos. O levantamento aponta medidas de aumento de produtividade e de eficiência energética da indústria brasileira.